

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <a href="mailto:licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br">licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</a>

### **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**

# DISPENSA ELETRÔNICA nº 002/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 031/2023

A Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, com sede na Praça Armando de Salles Oliveira, 200, Centro, Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Prefeito **Alcides de Moura Campos Júnior**, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

LINK DA SESSÃO: Bolsa de Licitações e Leilos do Brasil - BLL <a href="www.bllcompras.org.br">www.bllcompras.org.br</a>. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir da publicação deste aviso. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08h59min do dia 11 de abril de 2023; INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: das 09h00min às 15:00h do dia 11 de abril de 2023.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas será observado o horário de Brasília/DF.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação DISPENSA DE LICITAÇÃO para AQUISIÇÃO DE TESTES NS1 PARA IDENTIFICAÇÃO DE DENGUE, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A contratação ocorrerá por item, **considerando-se o menor preço,** conforme tabela e descritivo constante abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Teste NS1 para dengue  Metodologia: imunocromatográfico;  Amostra: Soro / Plasma / Sangue total;  Tempo de reação: 20 – 25 minutos;	Caixa c/ 30 testes (cassetes) em cada uma +	150

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> IN 67/2021 - Art. 5° O procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

IN 65/2021 - Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

...)

I - estimativa de despesa, nos termos da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

<sup>§ 4</sup>º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Sensibilidade mínina: 95%;	pipetas	
Especificidade mínima: 95%;		
Os testes devem permitir o diagnóstico a partir do 1º dia		
de febre até o 9º dia da fase clínica de doença,		
permitindo rápido rápido início do tratamento;		
Os testes devem detectar todos os quatro sorotipos do		
antígeno NS1 da Dengue (DEN 1, 2, 3,4) em soro,		
plasma ou sangue total de humanos.		
Certificação pela ANVISA e contendo identificação, lote		
e data de validade não inferior a 02 anos		

- **1.1.** Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal BLL e os constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO, prevalecerão as do Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência (Anexo III).
- **1.2. Dos preços:** De acordo com o manual do Governo Federal para dispensa eletrônica: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/dispensa-eletronica">https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/dispensa-eletronica</a> para os incisos I e II do art. 75, da Lei 14.133/2021, quando a dispensa eletrônica for COM disputa, o campo valor total da compra não deverá ser preenchido, conforme preconiza o §4º do artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A dispensa, na forma Eletrônica, será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda <a href="www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>, conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista e a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

**2.1.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda <a href="https://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>.

### 3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

licitatório deverão ser enviados ao setor de licitações, antes da data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pela Plataforma BLL

- **3.2.** As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (15) 3283-8331.
- **3.3.** Os questionamentos também serão aceitos e recebidos quando enviados através do e-mail <u>licitação@laranjalpaulista.sp.gov.br.</u>
- **3.4.** Se da consulta resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

#### 4. REFERÊNCIAS DE TEMPO

**4.1.** Todas as referências de tempo no Aviso de Dispensa e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### 5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **5.1.** Poderão participar desta Dispensa Eletrônica empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda.
- **5.2.** O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar da dispensa diretamente ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento, que poderá ser feito através do telefone (41) 3097-4600 ou através do site www.bll.org.br no link CADASTRAMENTO.
- **5.3.** Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- **5.4.** O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor do certame, que pagará a BLL conforme o Anexo IV do Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site <a href="www.bll.org.br">www.bll.org.br</a> link DOCUMENTOS, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- **5.5.** O Licitante arcará integralmente com todos os custos de



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

- **5.6.** Não poderão participar desta dispensa:
  - 5.6.1. Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de São Paulo;
  - **5.6.2.** Empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de Laranjal Paulista;
  - **5.6.3.** Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

#### 6. <u>CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITA</u>ÇÕES

- **6.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <a href="https://bllcompras.com/">https://bllcompras.com/</a>;
- **6.2.** A participação do licitante na dispensa eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;
- **6.3.** O acesso do operador à dispensa, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- **6.4.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico ou dispensa eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL;
- **6.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- **6.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

transações inerentes à dispensa eletrônica;

**6.7.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097.4600 ou através da Bolsa de Licitações e Leilões, pelo site: <a href="https://bllcompras.com/">https://bllcompras.com/</a>.

#### 7. FASE DE LANCES

- **7.1.** A partir das horas mencionadas no início da sessão, na data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso;
- **7.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;
- **7.3.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste termo de Contratação Direta;
- **7.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;
- **7.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- **7.6.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;
- **7.7.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- **7.8.** Conforme preconiza o §4º do artigo 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, os valores de referência utilizados pela administração somente serão divulgados após a etapa competitiva, podendo ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

#### 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **8.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;
- **8.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;
- **8.3.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;
  - **8.3.1.** Caso o interessado não se manifeste quanto à contraproposta realizada pela administração no prazo de 15 minutos, será considerado como preço final o seu último lance.
- **8.4.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- **8.5.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica;
- **8.6.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance;
- **8.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 07 (sete) dias úteis, a contar da data de sua apresentação;
- **8.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- **8.9.** Contiver vícios insanáveis:
  - **8.9.1.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - **8.9.2.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - **8.9.3.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - **8.9.4.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste termo ou seus anexos, desde que insanável;
  - **8.9.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **8.9.6.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto;
- **8.9.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **8.9.8.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade:
- **8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste termo de Contratação Direta.

#### 9. HABILITAÇÃO

- **9.1.** Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:
- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas -CEIS (<a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis">http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis</a>);
- 2) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (<a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep">http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep</a>);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (<a href="http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php">http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php</a>);
- 9.1.2. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o agente de contratação reputará a licitante inabilitada;
- 9.1.3. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no Certame e inexistência de sanções, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - a) Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a BLL a documentação relacionada no Anexo I deste Aviso de Dispensa.
  - b) O agente de contratação poderá consultar os documentos contidos no SICAF para habilitação dos participantes, sendo tal procedimento registrado em ata e a documentação consultada disponibilizada para todos os demais interessados.
  - c) Na análise dos documentos de habilitação, o condutor poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes



Praca Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

eficácia para fins de habilitação e classificação.

- **9.2.** Para participar com os benefícios garantidos aos micros e pequenos empresários, previstos na Lei Complementar 123/06, a empresa deverá declarar tal condição em campo próprio do sistema e apresentar certidão simplificada emitida pela junta comercial do estado respectivo.
- **9.3.** Microempreendedores individuais (MEI) deverão, para participar com os benefícios, declarar a condição em campo próprio no sistema e juntar aos documentos o Certificado de Microempreendedor Individual.
- **9.4.** O não atendimento dos itens 9.2 e 9.3 não acarretará a inabilitação do interessado, participando normalmente do procedimento, sem os benefícios da Lei Complementar 123/06.
- **9.5.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

#### 10. CONTRATAÇÃO

- **10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- **10.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
  - **10.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 04 (quatro) dias, a contar da data de seu recebimento.
  - **10.2.2.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **10.3.** As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**11.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste aviso, do termo de referência e os termos de sua proposta;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**11.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- **11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- **11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento do produto, no prazo e condições estabelecidas neste aviso e no termo de referência;

#### 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **12.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste aviso, no termo de referência e sua proposta assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - **12.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - **12.1.2.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - **12.1.3.** Fica definido que a empresa fornecedora dos produtos deverá disponibilizar número de telefone e/ou endereço eletrônico para que a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista possa fazer contato como meio de comunicação em horário comercial dos dias úteis.
  - **12.1.4.** A contratada deve também definir uma pessoa responsável/contato para atender a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.
- **12.2.** Executar os serviços conforme condições, prazos propostos e demais especificações previstas em contrato/ordem de serviço.
- **12.3.** Informar à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista qualquer ocorrência que possa vir a afetar, direta ou indiretamente, a regularidade do que foi contratado.
- **12.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

- **12.5.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, e de qualificação exigidas para a contratação.
- **12.6.** Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os documentos relativos à sua regularidade fiscal.
- **12.7.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais em pregados.

#### 13. SANÇÕES

- **13.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais seiam:
  - **13.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - **13.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - **13.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
  - **13.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - **13.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - **13.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - **13.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - **13.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - **13.1.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - **13.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

- **13.1.11.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **13.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- **13.1.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **13.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
  - **13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
    - **13.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
    - **13.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
    - **13.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
    - **13.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
    - **13.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  - **13.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**13.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- **13.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- **13.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **14.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
  - **14.1.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - **14.1.2.** fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- **14.2.** Aplica-se também a providência do item 14.1 se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- **14.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- **14.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **14.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- **14.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ao procedimento.

- **14.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **14.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **14.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- **14.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- **14.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- **14.12.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - **14.12.1.** ANEXO I Documentação exigida para Habilitação;
  - **14.12.2.** ANEXO II Termo de Referência:
  - **14.12.3.** 14.12.3 ANEXO III Minuta de Termo de Contrato;

Laranjal Paulista, 03 de abril de 2023.

ALCIDES DE MOURA CAMPOS JÚNIOR

Prefeito Municipal



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <a href="mailto:licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br">licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</a>

#### ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- **1.1.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **1.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>;
- **1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- **1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **1.6.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- **1.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da con-solidação respectiva.

#### 2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- **2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- **2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- **2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- **2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual<sup>2</sup> do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:
- **2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **3.1.** Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, que comprove(m) que a empresa tenha fornecido para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao do presente objeto.
- **3.2.** Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º) e Decreto Federal nº. 8.077/2013 (art. 2º);
- **3.3.** Autorização de Funcionamento da empresa licitante, expedida pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária e cópia da publicação no "Diário Oficial da União", conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº. 8.077/2013, Resolução RDC/Anvisa nº 16/2014 e nº 275/2019.

### 4. DECLARAÇÃO UNIFICADA

**4.1.** Atendendo ao disposto no artigo 63 da Lei 14.133/21, a empresa interessada deverá apresentar declaração conforme modelo a seguir:

Prefeitua Municipal de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo - **Dispensa Eletrônica de Licitação nº 001/2023** 

-

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Conforme orientação do TCESP no TC nº023634.989.21-4 - a exigência de comprovação da regularidade fiscal (Estadual e Municipal) deve se limitar aos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante, compatível com o objeto contratual.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

											ssinado, qu	
2)	presta Que Admii sua ocorre	adas, r a em <sub>l</sub> nistraç habilita ências	na form presa ão Púl ação m poster	na da le não f blica e no pres riores;	ei; oi decla que até sente pi	rada a pre rocess	inidônea esente da so, cient	para ata inexi e da o	licitar ou stem fate brigatorie	ı contrat os imped edade d	formações ar com a litivos para e declara	a a r
<ul><li>3)</li><li>4)</li></ul>	e seu mesn as ex que e Decla proce	u(s) Al no e al igência está sel eramos edimen	NEXOS inda, q as de f ndo ap para tos lici	S, e que pos ornecin oresent os de tatórios	que, con ssuímos mento ali ada para evidos fii s, instaui	corda todas i conti a fins d ns de	mos cor as cond das, include de habilit direito,	n todos lições p usive co ação; na qua	os tern ara atend m relaçã alidade d	nos cons der e cur o a docu le Propc	este Edita stantes no nprir todas mentação nente dos sável lega	o s ,
		•	, ,	) Sr.(a)	) 		Portad	or(a)	do	RG	sob	nº
						•••,	ronau	01 (u)	uo	7.0	000	"
	е	CPF	nº						, cuja	a funç	ão/cargo	é
5) 6) 7)	respondent of the control of the con	nnsável não po etários ndo gr ro socia cumpre reabili cíficas; posta lireitos normas	I pela a DSSUÍ I Munici rau, ou al, nen e as e itado o traball s infral	assinat nenhur ipais, p u por hum S xigênc da Pre mica d histas a legais,	(so fura da A m sócio, por matrir adoção, ervidor d ias de re evidência compreer assegura nas cor	ta do ligado mônio bem lo Mui eserva Soci nde a	Certame, o ao Pre ou parei como ta nicípio; a de carg al, previ integrali a Consti	/contrato rfeito, V ntesco, a ambém gos para stas en dade do tuição F tivas de	o; ice-Prefe afim ou c não pos a pessoa n lei e os custos ederal, n trabalho	eito, Vere consangu ssuímos com de em outra s para as as leis tr o e nos	diretor/etc/ eadores ou íneo, até o em nosso eficiência e as normas dendimento abalhistas termos de	
8)	Declarefere conce ender E-ma	ramos ente e ordo q reço: il:	para este p ue a	os de rocess Ata de	o licitató	s que rio, be ne/Co	em cas em como	o de qu o em cas	ualquer d so de ev	comunica entual co	ção futura ontratação o seguinte	,
9)	Caso altera	altere ição ju	o cita unto a	do e-m lo Sist	nail ou te	lefone Prot	ocolo de	este Mu	ınicípio,	sob per	pedido de na de sei	
10)	Agos	to de 2 co da a	2021,	declara	amos qu	ie não	possuíi	mos no	quadro	societári	de 20 de o, servido economia	r

11) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

CPF/N	MF
SO	b n.º para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da
Ata	
ne	Certame/contrato, referente à <b>Dispensa n.º 001/2023</b> e todos os atos cessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, us Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
	de 2023.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

### ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Dispensa nº 001/2023 Processo Administrativo nº 013/2023

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** Aquisição de testes NS1 para identificação de Dengue, atendendo a Secretaria Municipal De Saúde, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Teste NS1 para dengue	Caixa c/ 30	150
	Metodologia: imunocromatográfico; Amostra: Soro / Plasma / Sangue total;	testes (cassetes)	
	Tempo de reação: 20 – 25 minutos; Sensibilidade mínina: 95%;	em cada uma +	
	Especificidade mínima: 95%;	pipetas	
	Os testes devem permitir o diagnóstico a partir do 1º dia de febre até o 9º dia da fase clínica de doença,		
	permitindo rápido rápido início do tratamento; Os testes devem detectar todos os quatro sorotipos do		
	antígeno NS1 da Dengue (DEN 1, 2, 3,4) em soro,		
	plasma ou sangue total de humanos.  Certificação pela ANVISA e contendo identificação, lote		
	e data de validade não inferior a 02 anos		

### 1.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO FORNECEDOR

Para efeito de habilitação no item acima, a licitande deverá cumprir e atender perfeitamente aos requisitos definidos;

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Essa solicitação se justifica tendo em vista o significativo aumento do número de casos de Dengue verificado nas últimas semanas no município, que atingiu o número de mil pessoas infectadaspelo mosquito transmissor da Dengue, o Aedes aegypti.

Diante disto, o Poder Público Municipal adotou diversas medidas de vigilância sanitária e epidemiológica, dentre elas a rápida identificação dos infectados de forma a poder oferecer aos mesmo tratamento médico e medicamentoso com a máxima celeridade.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Dessa maneira, é necessário que o Município disponha de quantidade suficiente de testes para identificação da Dengue, os quais estão sendo realizados em todas as Unidades de Saúde da cidade e também dois Distritos.

#### 3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- **3.1.**O fornecedor ficará obrigado a realizar a entrega até 03 (três) dias após a recebimento do pedido.
- **3.2.** Os produtos deverão ser entregues no Laboratório Municipal, localizado a Rua Vital Brasil, 110, Centro, CEP 18500-000 Laranjal Paulista/SP, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h às 16h00, sendo todas as despesas decorrentes a cargo da empresa vencedora.

#### 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **4.1.**São obrigações da Contratante:
  - **4.1.1.**receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste documento e no contrato administrativo:
  - **4.12** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - **413**.comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - **41.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - **4.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- **4.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**5.1.** Caberá à licitante vencedora realizar a entrega do objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento e, especialmente:



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **5.1.1.** Fornecer o produto rigorosamente nas especificações e prazos constantes do Termo de Referência, parte integrante e indissociável do Edital;
- **5.12** Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste termo;
- **5.1.3.** Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste termo;
- **5.1.4.** Comunicar o Município e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, dos eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerados;
- **5.1.5.** Responsabilizar-se pelos custos com o transporte dos produtos, tanto no momento da entrega quanto nas substituições que forem necessárias:
- **5.1.6.** Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos produtos durante o transporte e descarregamento;
- **5.1.7.** Atender prontamente as reclamações formuladas pelos agentes de fiscalização, bem como substituir às suas expensas, os itens/componentes que se verificarem insatisfatórios, no prazo máximo de 02 (dois) dias após o comunicado do gestor da contratação;
- **5.1.8.** Adotar medidas preventivas e de vigilância, de modo a evitar danos materiais e pessoais aos operários e a terceiros, ficando ainda responsável por quaisquer consequências desses danos e acidentes.

### 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida subcontratação do objeto aqui licitado.

#### 7. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- **7.1.** Nos termos da Lei 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- **7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- **7.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **8.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a Contratada que:
  - **8.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - **8.12** ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - **8.1.3.** fraudar na execução do contrato;
  - **8.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
  - **8.1.5.** cometer fraude fiscal:
  - 8.1.6. não mantiver a proposta.
- **8.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - **8.21.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- **8.3.** multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - **8.31.**multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - **8.32**em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - **8.3.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - **8.34.** impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos:
  - **835**.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- **8.4.** Também ficam sujeitas às penalidades da Lei 14.133/2021 as empresas ou



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

#### profissionais que:

**8.4.1.**tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**8.42** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação:

**8.43.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

- **8.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- **8.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Laranjal Paulista, 03 de abril de 2023.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

# ANEXO III MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

#### TERMO DE CONTRATO - CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI № 14.133/21)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	A, CNPJ-MF nº 46.634.606/0001-80,
com sede na Praça Armando de Salles Oliveira, 200, CEP	18500-000, Centro, Município de Laranjal
Paulista, Estado de São Paulo, neste ato representada po	or seu Presidente ALCIDES DE MOURA
CAMPOS JÚNIOR, brasileiro, casado, portador do RG nº	e do CPF n°
denominada CONTRATANTE e a empresa, pessoa jurídica o	de direito privado, inscrita no CNPJ/MF
sob o nº, com endereço na, nes	te ato representada por seu
senhor, portador (a) do CPF/MF n°	e RG nº, resi-
dente e domiciliado (a) na rua	, de acordo com a representação
legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato s	social/estatuto social], denominada
CONTRATADA, têm, entre si, justo e acertado o present	te contrato, mediante as cláusulas e
condições que se seguem:	

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

- **1.1.**O objeto do presente instrumento é AQUISIÇÃO DE TESTES NS1 PARA IDENTIFICAÇÃO DE DENGUE, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	Teste NS1 para dengue	Caixa c/	150		
	Metodologia: imunocromatográfico;	30 testes			
	Amostra: Soro / Plasma / Sangue total;	(cassetes)			
	Tempo de reação: 20 – 25 minutos;	em cada			
	Sensibilidade mínina: 95%;	uma +			
	Especificidade mínima: 95%;	pipetas			
	Os testes devem permitir o diagnóstico a				
	partir do 1º dia de febre até o 9º dia da fase				
	clínica de doença, permitindo rápido rápido				
	início do tratamento;				
	Os testes devem detectar todos os quatro				
	sorotipos do antígeno NS1 da Dengue (DEN				
	1, 2, 3,4) em soro, plasma ou sangue total				
	de humanos.				



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

Certificad	ção pela ANVISA e contendo		
identificaç	ão, lote e data de validade não		
	inferior a 02 anos		

- **1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1.O Termo de Referência que embasou a contratação;
- **1.3.2.**O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado: e
- **1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- **2.1.**O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados do(a) assinatura do presente termo, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
- **2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

# 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- **3.1.**O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 4. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO
- **4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5. CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)
- 5.1.PREÇO
- **5.1.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.1.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

**5.2.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**5.2.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

- **5.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- **5.3.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- **5.3.3.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- **5.4.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- **5.4.2.** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- **5.4.3.**O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) o prazo de validade;
  - **b)** a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante:

**5.4.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**5.4.5.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- **5.4.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- **5.4.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- **5.4.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- **5.4.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- **5.4.10.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- **5.4.11.1**. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- **5.4.11.**O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

- **6.1.**Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.
- **6.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- **6.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1. São obrigações do Contratante:
- **7.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência:
- **7.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas:
- **7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **7.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- **7.1.6.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- **7.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **7.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **7.1.8.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- **7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **8.1.1.** manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- **8.1.1.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- **8.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- **8.1.3.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **8.1.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- **8.1.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **8.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo



Praca Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

contra- to, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- **8.1.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- **8.1.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- **8.1.11.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **8.1.12.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- **8.1.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **8.1.14.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **8.1.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- **8.1.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- **8.1.17.**Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- **8.1.18.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- **8.1.19.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **8.1.20.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**8.1.21.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- **9.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- **9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- **9.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- **9.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- **9.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- **9.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- **9.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- **9.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- **9.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- **9.10.**Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- **9.10.1.**Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**9.11.**O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**9.12.**Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

**10.1.**Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

# 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- **11.1.**Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
  - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - **g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - **k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação:
  - I) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
  - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
  - iv) Multa:
- (1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021:

- (2) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (3) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- **11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º)
- **11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7°).
- **11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- **11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8°).
- **11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **11.5.**A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):
  - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - **b)** as peculiaridades do caso concreto:
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **11.7.**Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000

Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

- **11.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- **11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- **12.1.**O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- **12.1.1.**O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- **12.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- **12.1.3.**Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação
- **12.2.**O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- **12.2.2.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **12.3.**O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- **12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- **12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

12.3.3.Indenizações e multas.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal deste exercício, na dotação 02.04.00.10.301.0010.2017.3390.30.00 — Ficha 117 — Material de Consumo - Secretaria Municipal da Saúde.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- **15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- **15.2.**O **CONTRATADO** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **15.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- **15.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)

**17.1.**É eleito o Foro da Comarca de Laranjal Paulista-SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Laranjal Paulista,	de	de 2023
--------------------	----	---------



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 / 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:		
Nome:	Nome:	
CPF/RG:	CPF/RG:	